



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 033/2018

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, que **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 12h do dia 09 de março de 2019.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 12 de março e termina no dia 14 de março de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 19 de março de 2019.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa, será de 26 de março até 28 de março de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br .
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 09 de março de 2019.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 033/2018
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Em relação ao uso da crase, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. Chegou _____ dez horas.
II. Fui _____ cidade.
III. Ela saiu _____ pressas da escola.
a) às - a - as.
b) as - à - às.
c) as - a - as.
d) às - à - às.

2. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao hífen na nova ortografia:

- a) Antiinflamatório.
b) Contraataque.
c) Subbase.
d) Hiper-realismo.

3. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta ERRO no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Contra-regra / reescrever.
b) Pós-graduação / super-homem.
c) Coobrigação / coautor.
d) Vice-diretor / ex-presidente.

4. De acordo com a pontuação, marque a única frase INCORRETA no tocante ao emprego da vírgula:

- a) Minha amiga está cursando a Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina.
b) Os estudantes dedicados, durante o ano todo, merecem os elogios dos professores.
c) Eles confirmaram, que a aula foi transferida.
d) Ela fez o curso de pós-graduação em Direito Público.

5. De acordo com a nova ortografia, assinale a alternativa CORRETA no tocante ao emprego da acentuação:

- a) Esse homem ao seu lado têm idade avançada.
b) Ela foi ao polo Norte.
c) Vou por o livro na estante da biblioteca.
d) Eles vem de Salvador.

6. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Já conheço o porque de tudo isso estar ocorrendo.
b) Não sei por que eles dialogaram tanto.
c) A causa porque lutamos é nobre.
d) Não andei pela cidade por que chovia muito.



TIPO 2

7. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva INCORRETA:

- a) Em se tratando de novela, tudo é imprevisível.
- b) Isso me faz recordar os tempos da infância.
- c) Quando avisou-nos, era tarde.
- d) Ambos se encontraram para estudar o caderno de Direito Eleitoral.

8. Assinale o período CORRETO quanto ao uso dos porquês:

- a) Esse é o ideal por que tanto lutou.
- b) Por quê você não foi ao casamento?
- c) Não fez o trabalho e não explicou porquê.
- d) O colaborador chegou atrasado por que havia perdido a condução.

9. Marque a alternativa em que está INCORRETA a regência dos verbos usuais no texto jurídico:

- a) Há palavras que não constam do dicionário.
- b) Eu me propus auxiliá-lo.
- c) O pronunciamento do chefe nunca agrada ao colaborador.
- d) O professor assistiu ao estudante nas tarefas de Direito Constitucional.

10. Sobre o uso da crase, assinale a única frase CORRETA:

- a) À medida que lemos, descobrimos novas culturas.
- b) A escola fica à três quilômetros daqui.
- c) Começou à chover logo cedo.
- d) Ficou cara à cara com o colega.

DIREITO CIVIL

11. Sobre a proteção aos direitos da personalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O ato de disposição do próprio corpo uma vez concedido é irrevogável.
- b) Excepcionalmente, admite-se o uso de nome alheio em propaganda comercial sem autorização.
- c) Não é válida, ainda que com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- d) De acordo com o STF, é possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

12. Sobre a disciplina legal das pessoas jurídicas, é CORRETO afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, exceto as associações públicas.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, apenas se houver, por parte destes, dolo.
- c) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- d) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, *ex officio*, nomear-lhe-á administrador provisório.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As correções a texto de lei durante a *vacatio legis* consideram-se lei nova.
- b) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

**TIPO 2**

c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, princípios gerais de direito e a jurisprudência.

14. Sobre o instituto da prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Não corre prescrição contra tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela, exceto com autorização judicial.

b) Não corre prescrição pendendo condição suspensiva.

c) Não corre prescrição pendendo ação de evicção.

d) Não corre prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

15. Sobre as obrigações alternativas, assinale a alternativa CORRETA:

a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

b) Se todas as prestações se tornarem impossíveis com culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

c) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexequível, subsistirá o débito quanto à outra.

d) Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

16. Tendo em vista as regras de Direito Sucessório, assinale a alternativa CORRETA:

a) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro, não pode ser objeto de cessão por escritura pública.

b) É ilícita a deixa ao filho do concubino, quando também o for do testador.

c) A renúncia da herança deve constar única e expressamente de instrumento público.

d) Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.

17. O direito brasileiro admite a sucessão testamentária e, sobre as disposições legais relativas ao tema, assinale a alternativa CORRETA:

a) Extingue-se em quatro anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.

b) O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam.

c) Ao cego só se permite o testamento público ou cerrado, que lhe será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião ou por seu substituto legal, e a outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.

d) Caducará o testamento marítimo, ou aeronáutico, se o testador não morrer na viagem, nem nos sessenta dias subsequentes ao seu desembarque em terra, onde possa fazer, na forma ordinária, outro testamento.

18. Sobre o contrato de doação, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.

b) É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

c) A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente.

d) É anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.



TIPO 2

19. Sobre o direito a alimentos é INCORRETO afirmar:

- a) No entendimento do STJ, sobrinhos podem pleitear alimentos aos tios tendo em vista o grau de parentesco entre eles.
- b) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
- c) De acordo com o STJ, é possível ao cônjuge renunciar aos alimentos por ocasião da separação.
- d) É nula a cláusula de renúncia a alimentos no pacto antenupcial ou no contrato de união estável.

20. Sobre os direitos de vizinhança, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
- b) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- c) A construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte, ou para outro fim, pode ser exigida de quem provocou a necessidade deles, pelo proprietário, que não está obrigado a concorrer para as despesas.
- d) É lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Fulano é devedor de alimentos, que já somam 6 meses. A dívida é decorrente de sentença cível que o condenou a pagar o equivalente a 30% do valor líquido do seu salário mensal, já que possui emprego com Carteira de Trabalho e Previdência Social devidamente assinada por seu empregador. O exequente, após pesquisa, descobriu que Fulano não possui bens cuja propriedade esteja registrada em seu nome. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O exequente poderá pedir ao magistrado que determine a penhora do salário de Fulano e, concomitantemente, determine a sua prisão civil.
- b) A única medida executiva eficiente para o caso será a execução civil por meio da prisão, que deverá ser decretada de ofício pelo magistrado.
- c) Sem prejuízo do pagamento dos alimentos vincendos, o débito das prestações vencidas pode ser descontado do salário do executado, de forma parcelada, contando que, somado à parcela devida, não ultrapasse 50% de seus ganhos líquidos.
- d) Como há conduta procrastinatória do executado, como no caso, o juiz deve dar ciência ao Ministério Público para que proponha ação civil por abandono material.

22. Sobre o instituto da competência cível, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se a União for demandada, a ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no da situação da coisa ou no Distrito Federal.
- b) As ações que tenham por objeto a hipoteca de bens imóveis deverão ser propostas no foro do lugar do imóvel, em caráter absoluto.
- c) Sempre que houver conexão ou continência de ações, o magistrado deverá remeter os autos ao juízo prevento, para o julgamento conjunto.
- d) A ação de divórcio deverá ser proposta no foro do último domicílio do casal, em caráter absoluto.



23. Fulano S.A., personalidade jurídica de direito privado internacional, por meio do seu representante domiciliado no Brasil, propõe ação perante a jurisdição nacional para cobrar obrigações decorrentes de um contrato firmado com Beltrana e Cia. Ltda., personalidade jurídica de direito privado com sede no Município de Florianópolis (SC). O contrato foi celebrado na França e prevê obrigação a ser cumprida no Brasil. Nesse contrato, há uma cláusula arbitral cheia, a qual não está acompanhada da assinatura do árbitro. Considerando os pressupostos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não é necessária a prestação de caução para o ajuizamento de ação por sociedade empresarial estrangeira devidamente representada no Brasil.
- b) O magistrado brasileiro deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, liminarmente, sob o fundamento de que as partes deverão buscar a via arbitral eleita.
- c) Esta ação não pode ser processada perante a autoridade judiciária brasileira por ausência de jurisdição.
- d) O enunciado trata de caso típico de sistema de cooperação internacional bilateral necessário.

24. Em um processo que tramita perante o juízo cível, o autor precisa acostar documentos que estão na posse de terceiro que, no caso, é o contador do réu. Esses documentos são imprescindíveis para o julgamento da ação, mas não para a sua propositura. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Caberá ao autor propor uma ação cautelar de produção antecipada de provas, em caráter antecedente, em face desse contador.
- b) Nesta hipótese, o autor deveria ter proposto a demanda principal em face de ambos, o réu e o seu contador, por se tratar de hipótese de litisconsórcio passivo facultativo.
- c) Como não se trata de documento imprescindível à propositura da ação, o autor terá a opção de propor a demanda principal e solicitar ao magistrado que instaure procedimento incidental de exibição de documento ou coisa em face de terceiro.
- d) Cabe ao autor propor a ação em face do réu devedor e, após a citação deste, denunciar o contador à lide.

25. Sobre o incidente de assunção de competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A propositura, pelo relator do recurso, da instauração do incidente para o órgão especial é ato irrecorrível.
- b) O incidente será instaurado somente se houver grande repercussão social com repetição em múltiplos processos.
- c) O incidente somente pode ser instaurado a requerimento, jamais de ofício pelo relator do recurso.
- d) O incidente pode ser instaurado por juízo de primeiro grau, diretamente no tribunal ao qual esteja vinculado.

26. Sobre o recurso de agravo de instrumento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O rol que prevê as hipóteses de cabimento do recurso, previsto no art. 1.015, do CPC, é taxativo e exaustivo.
- b) O rol que prevê as hipóteses de cabimento do recurso, previsto no art. 1.015, do CPC e de taxatividade mitigada.
- c) O rol que prevê as hipóteses de cabimento do recurso, previsto no art. 1.015, do CPC, não é taxativo.
- d) O rol que prevê as hipóteses de cabimento do recurso, previsto no art. 1.015, do CPC, é exemplificativo.



27. Fulano comprou um imóvel de Beltrano há dois anos. Escriturou o contrato e transferiu para si a propriedade junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, tendo quitado o preço. Beltrano, porém, nunca entregou a posse do imóvel, mesmo após diversas notificações extrajudiciais. Fulano deseja haver essa posse judicialmente. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano deverá propor ação de reintegração de posse, pelo rito especial, e requerer ao juiz que expeça o mandado reintegratório para a desocupação, pelo réu, no prazo de 15 dias.
- b) Fulano deverá propor ação de imissão na posse, pelo procedimento comum, podendo pleitear tutela provisória, desde que preste, necessariamente, caução idônea e comprove a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- c) Fulano deverá propor ação de manutenção de posse, pelo rito especial, e requerer ao juiz que expeça o mandado reintegratório para a desocupação, pelo réu, no prazo de 15 dias.
- d) Fulano deverá propor ação de imissão na posse, pelo procedimento comum, podendo pleitear tutela provisória, para a qual o magistrado poderá determinar que preste caução idônea, caso presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

28. Fulano é o único herdeiro de Beltrano, recém falecido. Beltrano deixou bens de herança. Fulano é absolutamente incapaz, e representado por seu curador. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Fulano deverá propor ação de inventário, obedecendo o rito completo previsto no CPC, a fim de que sejam citados todos os herdeiros necessários de Beltrano.
- b) Fulano deverá propor, em juízo, arrolamento dos bens mediante adjudicação.
- c) Fulano poderá realizar o inventário extrajudicial, haja vista não haver partilha.
- d) Fulano não precisará realizar qualquer tipo de inventário, já que não existe outro herdeiro para partilhar os bens.

29. Sobre os embargos de declaração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não constituem modalidade de recurso.
- b) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 3 (três) anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- c) Podem ter efeitos infringentes, desde que esse efeito não constitua o mérito recursal.
- d) Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até 15% sobre o valor atualizado da causa.

30. Fulano está sendo executado judicialmente, por força de um cheque emitido. Seu único bem é um imóvel comercial que está alugado a terceiros, e a renda obtida com o aluguel é totalmente destinada ao aluguel de um imóvel residencial, que lhe serve de moradia. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por estar alugado, esse imóvel não pode ser considerado bem de família.
- b) Por ser comercial, e não residencial, esse imóvel não pode ser considerado bem de família.
- c) Esse imóvel pode ser considerado bem de família e, por isso, é impenhorável.
- d) Esse imóvel tornou-se indisponível ao executado e, em razão disso, é também impenhorável.

DIREITO PENAL

31. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA sobre os crimes ambientais:

I - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na lei de regência, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu



TIPO 2

representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

II - A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

III - Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

32. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA sobre os crimes de trânsito:

I - A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor só pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades.

II - A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois a cinco anos.

III - Ter o condutor do veículo cometido a infração de trânsito sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação é circunstância que sempre agrava a penalidade do crime de trânsito.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

33. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA sobre os crimes de drogas:

I – Para determinar se a droga envolvida num crime de drogas destinava-se a consumo pessoal ou ao tráfico, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

II – O crime de porte de drogas para consumo próprio, previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/06 prescreve em 2 (dois) anos, o que contraria o prazo mínimo de prescrição do Código Penal Brasileiro.

III – Por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, de competência dos Juizados Especiais, o crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06 (porte de drogas para consumo) se processo por ação penal pública condicionada à representação.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

34. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA sobre os crimes hediondos:

I – O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826/03, seja ele tentado ou consumado, é considerado crime equiparado a hediondo.

II – Os crime hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória.

III – A pena prevista aos crimes hediondos e equiparados será cumprida em regime



TIPO 2

integralmente fechado quando se tratar de crime extremamente grave, assim reconhecido na sentença.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

35. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

II - A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

III - É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

II - É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

III - É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.

II - A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

III - Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

II - O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

**TIPO 2**

III - A configuração do crime de corrupção de menores do art. 244-B do ECA depende da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito material.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

39. Em relação às assertivas abaixo sobre o crime de estupro, assinale a alternativa CORRETA:

I - O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

II - O sujeito ativo do crime de estupro pode ser apenas o homem.

III - No caso de condenação por crime de estupro, o tempo para progressão de regime é de 2/5 caso o réu seja primário e de 3/5 do total da pena caso ele seja reincidente.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

40. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - O crime de corrupção ativa é cometido por particular em face do funcionário público.

II - O crime de corrupção passiva consuma-se com o simples oferecimento da vantagem indevida a funcionário público.

III - A doutrina e jurisprudência majoritária entendem que o crime de concussão é um delito formal ou de consumação antecipada, haja vista que se consuma com a simples exigência da vantagem indevida. Assim, caso venha a, efetivamente, receber a vantagem indevida, tal fato será considerado mero exaurimento do crime, que se consumou no momento da sua exigência.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. No tocante ao início do cômputo do prazo processual penal, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar:

- a) Contam-se os prazos da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- b) Contam-se os prazos da data da intimação, no caso de mandado, e da data da juntada aos autos em caso de carta precatória ou de ordem.
- c) Contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- d) Contam-se os prazos da juntada aos autos da carta precatória ou de ordem, tão somente.

42. Acerca das previsões constantes na Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), assinale a opção CORRETA:

- a) A inquirição na fase policial será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, levando-se em conta, dentre outros aspectos, a gravidade da violência sofrida.



TIPO 2

- b) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, após a oitiva das partes e da manifestação do Ministério Público.
- c) A vítima poderá ser cientificada dos atos processuais concernentes ao agressor, tais como o ingresso e saída da prisão.
- d) A lei é omissa quanto à tipificação do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência.

43. Segundo a Lei n. 12.850/2013 – Organização Criminosa, marque a opção CORRETA:

- a) É criticada pela doutrina por não definir “organização criminosa”, embaraçando, no ponto, a atuação das autoridades policiais, Ministério Público e Judiciário.
- b) O instituto da colaboração premiada não poderá ocorrer em momento posterior à sentença, porquanto encerrada em primeiro grau a atuação jurisdicional.
- c) São meios de obtenção de prova, dentre outros: colaboração premiada, ação controlada e condução coercitiva.
- d) O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia, observados os direitos do colaborador.

44. A ordem das perguntas a serem feitas à testemunha arrolada pelo Ministério Público, em audiência de instrução, ocorre da seguinte maneira (considere que o juiz, segundo o CPP, pode perguntar se houver pontos não esclarecidos e que há assistente de acusação habilitado):

- a) Defensor, assistente de acusação, juiz, Ministério Público.
- b) Assistente de acusação, Ministério Público, defensor, juiz.
- c) Ministério Público, assistente de acusação, defensor, juiz.
- d) Juiz, Ministério Público, assistente de acusação, defensor.

45. Segundo a jurisprudência do STJ, é CORRETO afirmar a respeito do emprego do mandado de segurança para fins de atribuição de efeito suspensivo a recurso interposto pelo Ministério Público:

- a) É incabível, pois não tem amparo legal.
- b) Cabível, na medida em que o recurso em sentido estrito não tem efeito suspensivo.
- c) Cabível, em razão da recorribilidade das decisões judiciais.
- d) Cabível, consideradas as circunstâncias do caso concreto.

46. É CORRETO afirmar sobre o processo que envolve réu citado por edital que não comparece nem constitui defensor:

- a) Ficará suspenso o processo e fluirá o prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- b) O juiz poderá dar seguimento ao processo, mas deverá, nesse caso, nomear defensor.
- c) O juiz fixará prazo para localização do réu. Encontrado, haverá interrupção do prazo prescricional.
- d) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

47. Segundo entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar sobre o foro por prerrogativa de função:

- a) Aplica-se aos crimes cometidos antes e durante o exercício do cargo, desde que relacionados às funções desempenhadas.
- b) Aplica-se aos crimes cometidos durante o exercício do cargo, independentemente de estarem

**TIPO 2**

relacionados com as funções desempenhadas.

c) Aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.

d) Aplica-se a ex-presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, desde que os crimes tenham sido praticados no exercício da função.

48. Sobre a audiência de apresentação do preso, conhecida como audiência de custódia, é CORRETO afirmar:

a) O juiz a quem compete a realização da audiência pode declarar a inconstitucionalidade da norma que prevê o ato, tendo em vista o controle concentrado de constitucionalidade a ele facultado.

b) O objetivo do ato é, tão somente, verificar a necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva.

c) É direito reconhecido ao preso em Pacto Internacional, mas ainda não previsto no Código de Processo Penal. No entanto, foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça e assegurado pelo STF.

d) É ato do juiz, já que não envolve matéria de prova, não sendo necessária, por essa razão, a presença de defensor ou do Ministério Público.

49. Sobre a função dos jurados no Tribunal do Júri, é INCORRETO afirmar:

a) O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 21 (vinte e um) anos de notória idoneidade;

b) A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto;

c) O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral;

d) Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

50. No tocante aos recursos em geral, é INCORRETO afirmar:

a) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

b) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

c) Caberá recurso em sentido estrito da sentença que pronunciar o réu.

d) O prazo para a interposição da apelação é de dez dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL**51. Um dos temas mais importante do direito constitucional na atualidade é a questão relativa as normas constitucionais e a sua eficácia. Com base no sentido das normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:**

a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a instituições do poder estatal e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação infraconstitucional regulamentadora ou atos posteriores para que tenha aumento em sua eficácia.

b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de emendas constitucionais ou leis complementares posteriores que venham a aumentar sua eficácia para que possam produzir efeitos.



TIPO 2

- c) Os princípios são espécies de normas jurídicas com elevado caráter de abstração, enquanto as regras são normas jurídicas concretas e derivam dos princípios.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia limitada e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e ampliar sua eficácia.

52. O constitucionalismo representa um marco no estudo do direito constitucional, principalmente por ter possibilitado a formação do princípio da Supremacia Constitucional. Em relação a esse movimento e aos seus reflexos assinale a alternativa CORRETA:

- a) O constitucionalismo pode ser considerado como um movimento surgido com o intuito de gerar um Estado de legitimidade ao poder estatal absoluto, tendo como pilares a defesa da propriedade privada e da liberdade religiosa.
- b) O constitucionalismo pode ser considerado como o movimento surgido para efetivar a limitação do poder estatal, rompendo com os modelos de Estado absoluto, tendo como elemento central o reconhecimento de direitos aos cidadãos e a ideia da Constituição como documento que efetiva a limitação do poder estatal.
- c) O Estado Liberal de Direito surgiu para ser um elemento de legitimação do poder estatal dos soberanos, permitindo a eles uma ampliação de sua atuação e vinculando a sociedade a vontade do governante, que passa a ser o detentor do poder de editar leis, em observância ao princípio da legalidade.
- d) A noção de Constituição no sentido formal sempre esteve presente na história da humanidade, tendo ocorrido o surgimento das constituições escritas no século XIX, com a Constituição francesa, documento este que pode ser considerado como um marco no surgimento do estado social de direito.

53. A disciplina constitucional dos direitos fundamentais é um dos temas mais importantes pós Constituição de 1988. Acerca dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A liberdade de expressão, prevista no texto constitucional, estabelece uma restrição ao anonimato, protege o silêncio, gestos, a fala e a escrita, mas pode ter outras restrições fixadas por meio de jurisprudência, quando da ocorrência, por exemplo, de colisões entre direitos fundamentais.
- b) Os direitos fundamentais podem sofrer restrições, sendo um dos tipos de restrições aceitos no direito brasileiro as chamadas restrições indiretamente constitucionais, que são aquelas previstas no próprio texto da Constituição.
- c) As restrições diretas aos direitos fundamentais são previstas na CF/88, mas devem possuir limites, como o respeito ao núcleo essencial desses direitos, exceto nos casos de restrições tácitas em que o núcleo essencial do direito fundamental pode ser desconsiderado para imposição da restrição.
- d) A evolução histórica dos direitos fundamentais é marcada pela ampliação na proteção dos direitos inerentes ao ser humano, no sentido de evitar retrocesso em sua positivação, tendo o intuito de ampliar a proteção aos titulares a limitar a atuação dos que podem vir a violar um direito fundamental, aumentando assim o poder do Estado para intervir nos direitos fundamentais.



54. O município Y (localizado no Estado-membro Z), em razão do peculiar patrimônio histórico em sua área rural, cria uma lei municipal que visa proteger este patrimônio. Apesar da existência de legislação da União e do Estado-membro, ao qual pertence, sobre proteção ao patrimônio histórico, entendem a Prefeitura e a Câmara de Vereadores que a legislação citada proporciona uma proteção insuficiente a sua realidade do patrimônio histórico do referido município. Considerando que competência para legislar sobre patrimônio histórico é concorrente, em relação a lei municipal é CORRETO afirmar que:

- a) É formalmente inconstitucional, pois o município não foi dotado de competência legislativa concorrente pelo texto constitucional, sendo, dessa forma, impossível que venha a legislar sobre matérias previstas neste tipo de competência legislativa.
- b) É possível que o município elabore a referida lei, pois conforme previsto no texto constitucional, no art. 30, inciso II, pode o ente municipal legislar sobre assuntos de interesse local que visem a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, tendo assim o município competência para legislar sobre a matéria, desde que não venha a ofender a esfera da competência federal e estadual sobre o tema.
- c) É possível que o município elabore a referida lei, pois conforme previsto no texto constitucional, no art. 30, inciso II, pode o ente municipal legislar sobre assuntos de interesse local visando a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
- d) É formalmente inconstitucional, pois o município tem possibilidade de suplementar a legislação federal apenas em relação as matérias previstas no competência privativa da união, não podendo atuar nas matérias reservadas a competência concorrente.

55. O Congresso Nacional deseja atuar no sentido de sustar os atos normativos do chefe do Poder Executivo em razão de exorbitarem o poder regulamentar. Para atuar corretamente no sentido de sustar referidos atos normativos deve o Congresso, dentre as espécies normativas previstas no processo legislativo, elaborar:

- a) Uma resolução, pois este veículo normativo visa regular as matérias na qual a atuação do Congresso venha a produzir efeitos internos e que dispensam a manifestação do Presidente da República.
- b) Um decreto legislativo, pois esta espécie normativa tem a possibilidade de sustar decretos presidenciais que excedam a função regulamentar, sendo dotado da característica de produzir efeitos externos ao âmbito do Congresso Nacional.
- c) Uma lei ordinária, pois a matéria está inserida dentre as competências legislativas da União, devendo o congresso nacional atuar e submeter a matéria a sanção ou veto do Presidente da República.
- d) Uma lei complementar, pois em razão da natureza da atuação deve ser editado um ato normativo especial, que tenha um quórum qualificado em seu procedimento de aprovação.

56. Uma emissora de televisão prepara uma série de reportagens contra Luciano Lima, prefeito do município de Esperança Grande, sob a acusação de corrupção em licitações. Luciano Lima tem planos de concorrer, nas eleições de 2022, ao cargo de deputado estadual e considera que as reportagens são uma ofensa a sua honra e imagem. Tentando impedir a veiculação das matérias jornalísticas, Luciano Lima ingressa com uma ação judicial. O magistrado, ao analisar o mérito, considera que existe um conflito de direitos fundamentais entre liberdade de imprensa e direito à honra e à imagem. Nesse caso seria CORRETO afirmar que a solução do conflito se dá:

- a) Pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que o julgador realize uma ponderação entre os direitos conflitantes de forma a proteger o direito mais fraco (com maior capacidade de ser lesionado no caso) e restringir o direito mais forte (com menor capacidade de



TIPO 2

ser lesionado no caso), visando proteger o direito mais fraco sem anular o direito mais forte no caso concreto.

b) Pela revogação de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso, pois dessa forma será garantida máxima eficácia ao direito fundamental mais fraco (com maior capacidade de ser lesionado no caso) no caso concreto, dando efetividade ao texto constitucional.

c) Pela aplicação do princípio da proporcionalidade para realizar a ponderação entre os direitos fundamentais conflitantes, visando a revogação de um dos direitos fundamentais relacionados ao caso, pois dessa forma será garantida máxima eficácia ao direito fundamental mais fraco no caso concreto.

d) Pela aplicação da ponderação de interesses, permitindo que o julgador realize uma ponderação entre os direitos conflitantes de forma a garantir o direito mais forte (com menor capacidade de ser lesionado no caso) em detrimento do direito mais fraco (com maior capacidade de ser lesionado no caso), realizando uma revogação no caso concreto.

57. O Presidente da República recebe um projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, do qual discorda em razão de sua forma de aprovação e de seu conteúdo. Ao consultar os líderes do Governo no Congresso Nacional toma ciência que um eventual veto tem grandes chances de ser derrubado pela casa. Para evitar desgaste político espera transcorrer do prazo de 15 dias para sanção tácita. Após 05 (cinco) dias da entrada em vigor da lei o Presidente ingressa com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a validade da lei. Com base nos fatos narrados é CORRETO afirmar:

a) A ADI deve ser considerada inepta pelo supremo Tribunal Federal, visto que o Presidente teve a oportunidade de vetar e não o fez por uma questão política.

b) A ADI pode ser proposta pelo Presidente, desde que prove de contrariedade ao interesse público e justifique, fundamentadamente, o não exercício do poder de veto, cabendo ao Plenário do STF julgar o motivo do não exercício do poder de veto para o recebimento da Ação.

c) A ADI pode ser proposta, desde que outro legitimado, previsto no art. 103 da CF/88, ingresse como autor junto com o Presidente da República, pois dessa forma ficará superada a hipótese de não exercício do veto pelo chefe do poder executivo.

d) A ADI pode ser proposta pelo Presidente, pois o fato de não ter exercido o veto, no momento que a Constituição lhe permitia vetar o projeto de lei, não impede que ingresse com a Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF.

58. José Alencar da Luz e Isadora Pereira Silva são eleitos, no ano de 2022, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. O mandato terá duração de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026. Em março de 2024, José e Isadora renunciam aos cargos, sendo declarada a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente. A hipótese CORRETA para a sucessão presidencial, no presente caso, é:

a) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, de 2022 para um mandato de 4 anos aos eleitos.

b) Em razão da vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, pelo voto direto, sendo considerado eleito aquele candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

c) No caso da vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, em qualquer período do mandato, será chamado ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, que exercerá a presidência até o término do mandato.

d) Em razão da vacância ter ocorrido nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na



TIPO 2

forma da lei.

59. Por motivo de credo religioso Marco Antônio Silveira, convocado para prestar serviço militar, recusa-se a fazê-lo, negando-se também a cumprir prestação alternativa fixada em lei que regulamenta o serviço militar. Para justificar sua conduta, afirma que a Constituição Federal estabelece, nesse caso, a objeção de consciência por motivo de crença religiosa, sem prever sanção para o objetor, conforme previsão do art. 5º. VIII. No presente caso é CORRETO afirmar:

- a) A CF/88 não admite a objeção por motivos de crença religiosa, devendo quem recusar prestar o serviço militar ter restringido seus direitos de prestar concursos públicos por desrespeitar norma constitucional.
- b) A CF/88 admite que ao não cumprir a obrigação a todos imposta e a consequente prestação alternativa será passível de sanção, pois o não cumprimento da obrigação possibilita que ele sofra a perda de direitos políticos.
- c) A CF/88 admite a objeção de consciência somente para dispensar a obrigatoriedade do voto, não se enquadrando tal objeção em outras obrigações impostas ao cidadão.
- d) A CF/88 admite a objeção de consciência apenas por motivos de convicção filosófica, ficando excluída essa objeção para fins de serviço militar em razão do interesse público e da preservação da segurança nacional.

60. Após inúmeras decisões sobre a impossibilidade de reajuste dos valores depositados no PIS/PASEP, o STF decide debater e, ao final, aprovar Súmula Vinculante que determine a forma como devem ser interpretados o resgate dos valores depositados junto ao PIS/PASEP. A Súmula Vinculante, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o texto da Constituição da República, possui força vinculativa:

- a) Idêntica à decisão de mérito proferida em Recurso Especial, fazendo com que o ocorra a vinculação de todos os órgãos da administração pública, direta e indireta aos precedentes firmados pelo Tribunal.
- b) Idêntica à decisão de mérito proferida em Recurso Extraordinário, pois serve para declarar a inconstitucionalidade de atos que contrariem os dispositivos da CF/88 na visão da interpretação do caso concreto do STF.
- c) Diversa de qualquer outra decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, pois em relação as súmulas sua força vinculante decorre da interpretação do caso e da força dos precedentes.
- d) Idêntica à decisão de mérito proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade Federal e Ação Declaratória de Constitucionalidade.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 033/2018
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. É fundamental conhecer o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Sendo assim, faça a correção dos destaques das frases a seguir. Corrija-os, se não adequados à escrita formal (acentuação e hifenização). Nas linhas abaixo, reescreva o texto com correção. Atenção: as frases devem ser escritas de acordo com a nova ortografia e regras gramaticais da língua portuguesa.

a) O relator **cre** em consenso na votação do projeto de lei.

b) Os integrantes da comissão **vêem** potencial de crescimento nas oportunidades para as empresas brasileiras.

c) O projeto reduz o limite aceitável de atraso nos **vôos** de quatro para duas horas.

d) A decisão judicial deve **por** fim à polêmica relacionada à lei.

e) Os livros estavam na estante de **auto-ajuda**.

f) Os **para-quedistas** não conseguiram suportar os ventos fortes da tarde de sábado.

**DIREITO**

2. Maria e Pedro contraíram núpcias em 25 de março de 2017. Há um mês Maria descobriu que Pedro é toxicômano. Não admitindo ter sido enganada sobre questão tão séria da vida do marido, Maria deixou o lar conjugal e deseja tomar providências jurídicas para pôr fim ao seu casamento. Sobre a situação apresentada, disserte sobre a (s) possibilidade (s) jurídica (s) existentes para que Maria atinja o seu intento.

DIREITO

3. Vicente e Vinícius são antigos desafetos em razão de conflitos sobre a posse de terras. Após longos anos de batalhas judiciais, sai a sentença favorável a Vicente. Vinícius, então, perde a cabeça e procura por Vicente, armado com um facão. Quando encontra Vicente, não tem controle sobre seus atos e parte para cima dele, desferindo-lhe diversas facadas no abdômen. As facadas causam várias lesões nos órgãos internos da vítima e levam Vicente a óbito em 2 (dois) dias. Vinícius é preso em flagrante e passa a responder pelo crime de homicídio consumado. Pergunta-se: Por que Vinícius não responderá também pelo crime de lesões corporais? Responda, fundamente e justifique sua resposta, com base nos princípios que regem a questão sobre o conflito aparente de normas, em até 10 (dez) linhas.
